car da Silva Ramada Curto — António Maria Baptista — Vitor José de Deus de Macedo Pinto — Xavier da Silva Júnior — Júlio do Patrocínio Martins — João Lopes Soares — Leonardo José Coimbra — Jorge de Vasconcelos Nunes — Luis de Brito Guimarães.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Ministro

Repartição do Expediente e do Arquivo

Decreto n.º 5:787-PP

Considerando a disposição do § único do artigo 17.º e artigo 20.º do decreto com força de lei de 26 de Maio de 1911, determinando que o director geral do Gabinete seja ao mesmo tempo chefe da Repartição dos Serviços Centrais, tem-se mostrado inconveniente por sobrecarregar excessivamente de trabalho aquele director geral, cujas funções delicadas e complexas já exigem muito tempo e importam grande trabalho;

Considerando ainda que da mesma disposição resulta também o inconveniente de não haver um funcionário com graduação de chefe que possa substituir o director geral nos trabalhos da Repartição, que são dos mais importantes, e especialmente nas relações com os membros do Corpo Diplomático Estrangeiro acreditado em Lisboa;

Considerando que é de toda a vantagem que um chefe de repartição coadjuve o director geral nessa ordem de serviços e adquirindo assim o conhecimento do estado das questões, muitas vezes tratadas verbalmente, possa substituir aquele funcionário sem transtorno para os mesmos serviços:

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É criado no Ministério dos Negócios Estrangeiros um lugar de chefe de Repartição dos Serviços Centrais com os direitos e obrigações dos outros chefes de repartição do mesmo Ministério.

Art.º 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam publicar. Paços do Governo da República, 10 de Maio de 1919.—*JOÃO DO CANTO e CASTRO SILVA ANTUNES — Domingos Leite Pereira — António Joaquim Granjo — Amílcar da Silva Ramada Curto — António Maria Baptista — Vitor José de Deus de Macedo Pinto — Xavier da Silva Júnior — Júlio do Patrocínio Martins — João Lopes Soares — Leonardo José Coimbra — Jorge de Vasconcelos Nunes — Luis de Brito Guimarães.*

Direcção Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos

Decreto n.º 5:787-QQ

Considerando que as nações aliadas da Alemanha, pelo forte concurso que sob várias formas lhe prestaram, praticaram verdadeiros actos de hostilidade para com as nações aliadas e associadas que a combatiam;

Considerando que especialmente o auxílio militar que deram à Alemanha contra algumas daquelas nações aliadas e associadas permitiram àquele império tornar mais forte a sua frente de batalha onde se foria a luta em que o exército português tomou parte, constituindo portanto

tal auxílio um acto de guerra contra Portugal e as outras nações cujos exércitos combatiam naquela frente;

Considerando assim que o estado de guerra existe há muito tempo entre Portugal e os aliados da Alemanha sem que estes lha tivessem declarado;

Considerando que não há razão para que esse estado cesse antes da assinatura da paz;

Considerando que esta solidariedade, entre o império alemão e os seus aliados, foi uma das bases dos trabalhos da Conferência da Paz, como resulta de diversos artigos do projecto de tratado, especialmente os artigos 231.º e 439.º;

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, para valer como lei, que se proceda ao julgamento no tribunal de presas dos navios das nações aliadas da Alemanha, tomados pelo Governo da República Portuguesa, como propriedade que foram de países em estado de guerra com Portugal, e se apliquem aos cidadãos das mesmas nações e seus bens todas as providências legais adoptadas para com os cidadãos e propriedades alemãs.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

Paços do Governo da República, 10 de Maio de 1919.—*JOÃO DO CANTO e CASTRO SILVA ANTUNES — Domingos Leite Pereira — António Joaquim Granjo — Amílcar da Silva Ramada Curto — António Maria Baptista — Vitor José de Deus de Macedo Pinto — Xavier da Silva Júnior — Júlio do Patrocínio Martins — João Lopes Soares — Leonardo José Coimbra — Jorge de Vasconcelos Nunes — Luis de Brito Guimarães.*

2.ª Repartição

Decreto n.º 5:787-RR

Tendo a República de Cuba acreditado em Lisboa um representante diplomático, e convido corresponder a esta alta prova de consideração;

Considerando que desta forma mais se estreitarão as boas relações políticas e económicas existentes entre as duas nações;

Considerando que não sendo possível, em razão da composição actual do quadro diplomático deste Ministério, acreditar um representante em Cuba, com residência permanente na Havana;

Considerando que a Legação da República Portuguesa nos Estados Unidos da América do Norte, pela sua proximidade, é a que mais naturalmente poderá ser encarregada da nossa representação e da salvaguarda dos nossos interesses em Cuba:

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

O chefe da Missão da República Portuguesa em Washington será também acreditado na Havana.

Os Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 10 de Maio de 1919.—*JOÃO DO CANTO e CASTRO SILVA ANTUNES — Domingos Leite Pereira — António Joaquim Granjo — Amílcar da Silva Ramada Curto — António Maria Baptista — Vitor José de Deus de Macedo Pinto — Xavier da Silva Júnior — Júlio do Patrocínio Martins — João Lopes Soares — Leonardo José Coimbra — Jorge de Vasconcelos Nunes — Luis de Brito Guimarães.*

Decreto n.º 5:787-SS

Tendo sido suprimido pelo decreto com força de lei n.º 5:741, de 10 de Maio de 1919, a Legação da Repú-